

AS MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BELO HORIZONTE (MG)

Virgínia Pacheco do Amaral Bispo¹

Lúcio Alves de Barros²

Resumo: o artigo apresenta uma parte da pesquisa efetuada em uma escola estadual em Belo Horizonte (MG). A temática é a violência escolar, notadamente a que atinge os professores e a direção. Há tempos o fenômeno das violências vem se firmando no cenário social e nada ou pouco se fez nos últimos dez anos. A novidade de agora é evitar o avanço do tráfico nas proximidades da escola e colocar policiais no interior dela. O fato é que os professores tem a ciência das violências e o artigo destaca as manifestações elencadas pelos mestres como a violência verbal, a violência física, a violência psicológica, o ostensivo bullying, a violência patrimonial, a institucional e a simbólica. Tais manifestações demonstram a complexidade do fenômeno e a urgência de ações integradas que promovam uma cultura de paz nas escolas. A conclusão sustenta a importância do envolvimento da comunidade e a construção de um ambiente que valorize a escuta, o respeito e a cooperação.

Palavras-chaves: educação, professores, violência

Abstract: This article presents part of a study conducted at a state school in Belo Horizonte (MG). The subject is school violence, particularly violence directed at teachers and the school administration. The phenomenon of violence has long been established in the social landscape, yet little to nothing has been done about it over the past decade. Recent measures have focused on curbing the spread of drug trafficking near the school and stationing police officers inside the premises. Teachers are well aware of this violence, and the article highlights the forms identified by them, such as verbal, physical, and psychological violence, overt bullying, and violence against property, as well as institutional and symbolic violence. These manifestations demonstrate the complexity of the phenomenon and the urgent need for integrated actions that foster a culture of peace in schools. The con-

1 Policial Militar da PMMG. Professora na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Bacharel em Direito, pós-graduada em ciências criminais pela PUC/MG e Mestre em Segurança Pública e Cidadania pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais.

2 Professor da Faculdade de Educação e do Mestrado Profissional em segurança Pública e cidadania da UEMG. Mestre em Sociologia pela UFJF. Doutor em Ciências Humanas pela UFMG.

clusion emphasizes the importance of community involvement and the creation of an environment that values listening, respect, and cooperation.

Keywords: education, teachers, violence

Introdução

Nos últimos anos, episódios de ataques violentos em escolas têm ganhado visibilidade midiática em diversas partes do mundo, revelando um fenômeno alarmante que desafia as instituições educacionais, os sistemas de segurança e as políticas públicas. Esses ataques, frequentemente protagonizados por adolescentes e jovens, alunos ou ex-alunos, em geral envolvem o uso de armas de fogo ou objetos letais, resultando em mortes, feridos e traumas em toda comunidade. Embora tenham surgido com maior repercussão nos Estados Unidos, tais eventos já se disseminaram em outros países, inclusive no Brasil. Nos EUA dois casos emblemáticos como o massacre em Columbine High School, em 1999, e o ataque em Sandy Hook Elementary School, em 2012, marcaram a sociedade norte-americana. Esses episódios impulsionaram debates sobre o controle de armas e a segurança escolar, ainda que as medidas implantadas não tenham sido eficazes na contenção da recorrência desses eventos.

No Brasil, embora o acesso legal a armamentos seja restrito por normativas como o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), o país vivencia um crescimento de episódios de violência em ambientes escolares. Nas últimas décadas, o país testemunhou um crescimento nos episódios de violência dentro de instituições de ensino, com destaque para ataques armados praticados por estudantes ou ex-estudantes. Um dos marcos dessa escalada foi o ataque à Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo (RJ), ocorrido em abril de 2011. Na ocasião, doze adolescentes foram assassinados por um ex-aluno, que invadiu a escola armado e disparou contra os estudantes. O episódio chocou o país e eclodiu um ciclo de violência escolar letal, até então incomum no contexto brasileiro, motivando debates sobre bullying, saúde mental e políticas de segurança escolar. Anos depois, em 2019, o país voltou a se comover com o massacre na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), onde dois jovens armados mataram cinco alunos, duas funcionárias e um comerciante. O ataque foi inspirado em massacres anteriores, como o de Columbine (EUA), com evidências de que os autores estavam inseridos em fóruns digitais promotores de violência e ódio nas escolas. Os casos de Suzano e Realengo mostram a inexistência de protocolos de segurança escolar, notadamente quando existe a radicalização digital de jovens, a naturalização da violência nas redes sociais e a ausência de políticas públicas de prevenção.

Segundo o Relatório de Incidentes de Violência nas Escolas Brasileiras (MJSP, 2023), entre 2002 e 2023 foram registrados 26 ataques violentos em escolas, sendo que 16 ocorreram nos últimos cinco anos, o que demonstra um agravamento recente. O mesmo relatório indica que 85% dos ataques foram premeditados, 56% dos autores eram estudantes ou ex-estudantes e que muitos deles estavam inseridos em comunidades digitais que incentivam a misoginia, o ódio à escola e o culto a massacres anteriores. Dentre os episódios mais brutais, destaca-se o ataque à creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau (SC), em 2023, que resultou na morte de quatro crianças com golpes de machadinha. Esses dados destacam uma conjuntura de urgência de políticas públicas no intuito de enfrentar as violências na escola, incluindo a regulação das plataformas digitais e o fortalecimento da educação para a paz.

A análise dos perfis dos agressores revela semelhanças importantes com o padrão observado em outros países: geralmente jovens do sexo masculino, com histórico de sofrimento psíquico, exclusão social e vínculos com grupos extremistas online. A internet funciona como catalisadora de processos de radicalização silenciosa, favorecendo a legitimação simbólica dos ataques. Esses eventos não aparentam ser desvios isolados. Ao contrário, podem ser compreendidos como a radicalização de processos acumulados de incivilidade, indisciplina e exclusão que se instauram na dinâmica escolar cotidiana. Abramovay (2023) destaca que muitos dos autores de ataques se sentiam rejeitados, invisibilizados e sem pertencimento no espaço escolar, o que denota questões de acolhimento e proteção. Tais fragilidades criam um terreno fértil para a erosão do vínculo com a escola e a adesão a discursos destrutivos. Estudos como o *Raio-X dos Ataques às Escolas no Brasil* (MJSP, 2023) demonstram que, embora o número de atentados em instituições de ensino ainda seja inferior ao observado em países como os Estados Unidos, a frequência desses eventos tem se destacado nos últimos 10 anos. A diferença central entre os dois contextos reside nos fatores que favorecem a eclosão dos ataques: nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma ampla disponibilidade de armamentos. No Brasil os episódios de violência extrema nas escolas estão associados à ausência de políticas intersetoriais de prevenção, à negligência institucional e ao avanço do discurso de ódio em ambientes digitais.

Segundo o relatório do MJSP (2023), 85% dos ataques registrados no Brasil entre 2002 e 2023 foram premeditados e grande parte dos autores eram estudantes ou ex-alunos das próprias instituições. Esses dados revelam a influência de fatores como a exclusão escolar, a ausência de vínculos afetivos no ambiente educativo e a vulnerabilidade juvenil diante de narrativas extremistas que circulam nas redes sociais. No entanto, as respostas do Estado brasileiro são pontuais e reativas e estão longe da constituição de uma política nacional integrada de prevenção à violência escolar e regulação digital.

Nos últimos anos, segundo reportagem da Rede CNN Brasil (2025), Minas Gerais, em especial a capital Belo Horizonte, tem registrado episódios preocupantes de violência em ambiente escolar, revelando uma crescente insegurança nesses espaços. Em junho de 2024, um estudante de 13 anos esfaqueou dois colegas durante o recreio na Escola Municipal Governador Carlos Lacerda, localizada no bairro Ipiranga, sendo os feridos encaminhados ao Hospital. Já em maio de 2025, uma aluna de 14 anos foi morta por um colega de classe com o uso de uma tesoura, dentro do Colégio Livre Aprender, em Uberaba, fato que causou grande comoção social e mobilização institucional. Além disso, na capital de Minas Gerais, em uma escola no Aglomerado da Serra a polícia registrou um episódio durante a Operação de Proteção Escolar, realizada em abril de 2023. Um adolescente de 17 anos foi apreendido portando uma pistola de *airsoft* e duas facas em sua mochila. Ao ser questionado, afirmou que levava os objetos por receio das ameaças de massacre veiculadas nos noticiários naquela semana e em razão de conflitos recentes com colegas que despertaram temor de retaliações³.

Os casos de violência nas escolas produzem insegurança e medo no interior e fora dos muros da escola, especialmente em territórios socialmente vulneráveis, nos quais a violência simbólica e concreta está presente no cotidiano dos estudantes. Os casos reforçam a urgência de políticas públicas capazes de integrar a “escuta ativa” da comunidade escolar, a mediação de conflitos e o fortalecimento de ações preventivas com foco na proteção e no cuidado socioemocional dos atores escolares.

O artigo em apreço é uma contribuição proveniente de uma pesquisa maior acerca dos episódios de violência em uma escola pública estadual. Chamamos atenção para algumas violências que os docentes vêm sofrendo. Nosso objetivo maior é compreender suas manifestações e como os docentes vem reagindo diante do mal-estar contemporâneo e das novas configurações da violência.

1 – Docentes, gestão e violência. A escola e a metodologia de análise

A pesquisa em apreço teve como local privilegiado uma escola pública estadual localizada no interior do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte/MG. A instituição atende aproximadamente 600 estudantes dos ensinos Fundamental, Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando nos turnos da manhã, tarde e noite. A escola está inserida em um território marcado por desigualdades socioeconômicas e elevada incidência de violência urbana. Além disso, ela ocupa um prédio que outrora, abrigou uma cadeia e uma Delegacia de Polícia. Essa herança física e simbólica reforça a sobreposição entre o espaço de controle e a esfera educativa, contribuindo para a cons-

3 - O TEMPO. Aluno é apreendido após levar arma de *airsoft* e facas para escola em BH. Belo Horizonte, 12 de abril de 2003. Disponível em <https://www.otempo.com.br/cidades/aluno-e-apreendido-apos-levar-arma-de-airsoft-e-facas-para-escola-em-bh-1.2849160>. Acesso em 12 de abril de 2023.

trução de um imaginário coletivo no qual a escola é percebida não como lugar de acolhimento e promoção da cidadania, mas como um espaço de vigilância, disciplinamento e contenção.

Em relação aos atores da escola entrevistados é imperativo mencionar que a seleção dos participantes da pesquisa foi intencional, com base em critérios de vínculo institucional, experiência profissional e atuação direta na escola investigada. O grupo foi composto por 16 profissionais da educação, sendo 13 professores e 3 gestores escolares (entre membros da direção e coordenação pedagógica), representando diferentes turnos e níveis de ensino, com o objetivo de garantir a diversidade de percepções sobre a violência escolar. Além disso, a amostra abrangeu sujeitos com vivências heterogêneas, considerando aspectos como tempo de serviço, formação acadêmica, vínculo empregatício e experiência no enfrentamento de situações de violência. O critério de inclusão baseou-se na frequência regular na unidade escolar e na familiaridade dos participantes com a realidade institucional. A amostra é predominantemente feminina (cerca de 85%), formada por profissionais com ensino superior completo e a maioria com especialização na área educacional. O tempo de experiência na docência varia de 2 a 25 anos, com concentração no Ensino Fundamental II. Os vínculos empregatícios são variados. A maioria possui vínculo efetivo e 25% dos professores são contratados, refletindo a instabilidade laboral comum no contexto da educação pública brasileira. Quanto à jornada de trabalho, observa-se a atuação nos três turnos (manhã, tarde e noite), compondo uma carga horária intensa e, muitas vezes, exaustiva.

Essa realidade está em consonância com muitos estudos na área, os quais apontam para a sobrecarga de trabalho docente como um fator agravante da percepção de insegurança entre os educadores. A metodologia de análise adotada foi a entrevista em profundidade, cuja a análise das narrativas perpassou a compreensão do conteúdo, conforme a proposta de Laurence Bardin (2011). Essa metodologia é de abordagem qualitativa e propiciou compreender os sentidos, significados e símbolos latentes e manifestos nas mensagens verbais dos participantes.

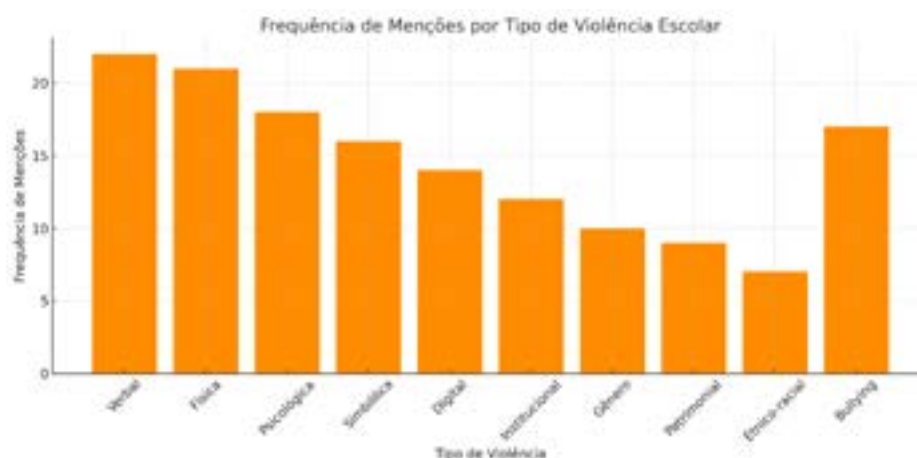
2 - A percepção das múltiplas sociabilidades das violências nas escolas

A questão colocada nesse quesito é como os professores, as professoras e a gestão da escola em pesquisa compreendem a denominada “violência escolar”, algo um tanto genérico e de muitas faces no cenário da escola, aliás, tanto no seu interior como no exterior. De todo o modo, o profissional submetido à violência não navega nas relações sociais apoiado racionalmente na compreensão geral de que alguma coisa agressiva possa ocorrer e ofendê-lo, notadamente em momentos que a violência nasce ou perdura por um bom tempo e no mesmo lugar. Nesse artigo trabalhamos uma

parte de nossa pesquisa observando como os professores e gestores reagiram, incorporaram ou lidaram com situações violentas na escola.

De acordo com as entrevistas os momentos de sociabilidades nos quais a violência aflora são ostensivos na escola. As falas dos participantes revelaram não apenas experiências diretas, mas também emoções e afetos que traduzem tanto o esgotamento cognitivo como a naturalização relacional de práticas violentas no ambiente escolar. Tornou-se comum ouvir narrativas frustradas, aparentando cansaço, impotência, sofrimento e dor revelando o impacto da violência na rotina dos educadores destacamos as menções (Gráfico 1), levadas a efeito pelos profissionais da educação acerca das violências na escola. Vejamos:

GRÁFICO 1 – PRINCIPAIS MENÇÕES SOBRE AS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA



O gráfico traz a frequência das menções aos diferentes “tipos” de violência escolar identificados nas 16 entrevistas com docentes e gestores da escola pesquisada. A **violência verbal** (22 menções) e a **violência física** (21 menções) apareceram como as manifestações mais recorrentes, seguidas pela **violência psicológica** (18) e pelo **bullying** (17), que desponta como um fenômeno preocupante por sua transversalidade e persistência nas dinâmicas escolares. Os relatos evidenciam que o bullying se manifesta de forma direta e indireta, por meio de agressões físicas ou verbais, mas também de maneira simbólica e digital. Essa frequência elevada aponta para a necessidade de estratégias específicas e integradas de enfrentamento. A diversidade das violências apontadas nos lembram da urgência de um olhar ampliado, sensível e territorializado sobre os fatores que influenciam a violência no espaço escolar. Nesse contexto da pesquisa, a professora Neuza compartilhou sua experiência:

Tem dia que a sala parece um campo de guerra. Uma empurra o outro, tem menino que dá tapa na cabeça do colega, outros jogam coisa um no outro. Xingamento é o tempo todo. Palavrão pesado mesmo. E quando a gente tenta intervir, chamar atenção, ainda ouve desaforo. Já levei patada de aluno na frente da turma toda. Uma vez um menino virou pra mim e falou: ‘Cala a boca, sua idiota. Você não manda em mim, não’. E riu. Riu com deboche. A turma inteira ficou me olhando, esperando o que eu ia fazer. Eu congelei. E depois ainda tive que continuar dando aula como se nada tivesse acontecido. É humilhante, desumaniza a gente (Professora Neuza).

Violência física e verbal - A experiência da humilhação e da queda de autoridade evidencia no caso em tela a violência física e verbal como elementos recorrentes na escola. Não foi somente o relato da professora, poucos foram os docentes que não reclamaram da autoridade perdida e de ataques verbais de alunos e alunas, produzindo medo, ansiedade e sofrimento. Esse foi o caso também do professor Marcos, o qual relatou com contundência que “Outro dia um aluno deu um soco na mesa e gritou comigo porque eu tirei o celular dele. Me ameaçou dizendo que o pai dele ia vir na escola me bater. A gente fica sem chão”. O medo de represálias por parte de familiares ou da própria comunidade aparece como fator agravante nos casos mencionados de violência. Como aponta Abramovay (2002, 2003, 2023), a falta de articulação entre escola, família e comunidade - somada à ausência de protocolos institucionais claros para lidar com conflitos - produz nas relações entre professores a solidão e, por consequência, a insegurança quando da inexistência da presença dos pares. Como vimos, a fragilização e invalidação dos professores é terreno fértil para a configuração de um ciclo de permissividade que alimenta novos episódios de desrespeito e violência.

Soma-se a isso a insegurança emocional, o desafio de se manter em sala e a saúde corporal diante da eminência de fuga e indisposição para enfrentar conflitos. Os relatos revelam que a violência verbal aparece como ameaça direta, dado que o professor não apenas é desrespeitado publicamente, mas passa a conviver com o medo de retaliações externas, um fator que interfere diretamente em sua segurança emocional e autonomia pedagógica. A sensação de “ficar sem chão”, como descreve Marcos, revela um estado de vulnerabilidade institucional, no qual o professor não está seguro, tampouco protegido, apesar de respaldado de normas de convivência e disciplina. No presente caso nos referimos a Lei nº 14.486/2002, do Estado de Minas Gerais, na qual veda-se o uso de telefone celular e outros aparelhos eletrônicos semelhantes durante o horário das aulas nas escolas da rede pública estadual, salvo quando o uso for autorizado com fins pedagógicos. Ao lançar mão da norma o professor visava preservar o processo de ensino-aprendizagem bem como a autoridade docente no espaço da sala de aula. No entanto, conforme demonstrado pelo relato, cumprir a lei pode significar situações de confronto e de insegurança, principalmente quando a escola não

dispõe de mecanismos adequados de mediação e apoio ao professor. A violência entre os próprios estudantes também foi destacada pelos docentes.

Tem muita briga, mas tem também aquele aluno que é excluído, zoadado, isolado. Isso machuca. Já vi aluno sair chorando por causa de apelido e ninguém faz nada. Normalmente a gente repreende ou manda pra coordenação, pede para chamar a família que, às vezes nem comparece também, ocorre que não tem muito o que fazer além de tentar fazer o menino entender que aquilo não é legal, que dependendo do caso configura até crime, quando a gente assusta já está ameaçando chamar a polícia pro menino, mas imagina a situação, a gente fala, fala, ensina, pede, implora e o menino continua fazendo coisa errada. É difícil demais. (Professora Madalena).

Tem dia que a ameaça é só no olhar. Um aluno olha feio, outro fecha a cara... Você sente que a tensão tá ali, pairando. Isso consome a gente por dentro. A gente tenta manter a aula, fazer o conteúdo, mas o clima pesa. E esse desgaste vai se acumulando. Tem colega que fica doente, que não aguenta mais dar aula em turma assim. E quando a gente procura ajuda, nem sempre encontra (Prof. Conceição).

As entrevistadas se referem à violência muito comum nas escolas. Brigas, vias de fato, agressões verbais, criação de estereótipos pejorativos fundamentam a violência que de uma forma ou de outra se cristalizou no ambiente escolar. Ela pode ser simbólica, manifesta e latente e eclode ao sabor dos acontecimentos em um dia de aula considerado até aquele momento normal. Está figurada na indisciplina, na incompreensão, na falta de sentido, no incômodo com o outro e no mal-estar em determinado espaço (Bourdieu, 1999, Blaya, 2008). Trata-se de um fenômeno que mina a energia dos professores e, não raro, suspendem seus valores a ponto de os docentes identificarem crimes, ameaças ou ações moralmente inaceitáveis. Para os docentes são casos que vem se repetindo com exagerada frequência, “explodem” silenciosamente ou vem à luz em momentos de agressão, tensão e conflitos. A manutenção da disciplina torna-se um trabalho hercúleo e não raro sem solução no momento do acontecimento. Exaustos os professores reclamam e acreditam que tudo isso corroem subjetividades e relações de pertencimento.

Em relação à temática a gestora Jeruza destacou que: “o que mais me preocupa é que as crianças estão naturalizando a violência. Outro dia um aluno ameaçou outro com um lápis apontado como se fosse uma faca. E todo mundo riu, ninguém achou estranho”. A banalização das relações de violência é um eixo complexo nas escolas. Muitas vezes são banalizados casos que se iniciaram não no interior da escola, mas fora, seja em uma boca de fumo, em casa, nas conversas com amigos nas ruas ou entre namorados. Tais acontecimentos abrem a possibilidade da configuração do que

vem denominado de cultura da violência (Abramovay, 2003), na medida em que a banalização dos comportamentos violentos faz parte da rotina escolar, o que compromete a construção de um clima educativo em segurança e projetos políticos pedagógicos voltados para a não-violência (Abramovay e Rua, 2002).

Acrescenta-se a essa banalização da violência entre os atores escolares o descuido, o pouco caso e a **violência patrimonial** manifestam em atos de vandalismo que são recorrentes na escola. A professora Conceição comenta: “Já encontrei meu armário arrombado, materiais rasgados. Na sala dos professores, sumiram coisas. E isso vai ficando por isso mesmo, como se fosse normal”. A violência patrimonial, registrada ostensivamente nos muros da escola, surge também em seu interior deixando marcas visíveis e desencantadoras. O professor Paulo acrescenta um elemento importante ao debate ao afirmar: “A gente percebe que muitos conflitos entre os alunos têm origem fora da escola, mas eles trazem pra cá. E aqui vira palco de disputa, de revanche. Às vezes, até a gente vira alvo dessa tensão” (Professor Paulo). Para os docentes são ações “recorrentes”, especialmente em contextos em que a noção de pertencimento ao espaço coletivo é constantemente fragilizada. Um professor atencioso compartilhou um episódio recente que vivenciou:

Outro dia chegamos pra dar aula e tinham quebrado todas as carteiras de uma sala. As tampas arrancadas, cadeiras riscadas, ventilador destruído. A gente tenta cuidar do pouco que tem, e ainda tem que ver isso. Já teve caso de roubo de mochila, furto de celular, vandalismo nos banheiros. O aluno que faz isso muitas vezes nem tem consciência do que está destruindo. Mas a verdade é que isso atrasa o funcionamento da escola, deixa tudo mais difícil (Professor Rui).

Tais episódios geram relações de sociabilidade que perpassam a desvalorização profissional, a invalidação social, a desesperança e contribuem para o desgaste das relações sociais na escola. Importante evidenciar nesse cenário a existência de no mínimo três relações de violências estão presentes no cotidiano escolar: (1) “a violência intramuros”, notadamente aquela que se desenrola no interior da escola entre professores, alunos e funcionários, (2) “a violência fora dos muros da instituição”, especialmente os casos de conflitos, crimes e tráfico que sabemos que hoje rondam os muros das escolas em busca da presa frágil e ingênua e (3) “a violência contra a escola”, um fenômeno antigo e fácil de verificar quando tornou-se normal aos olhos do senso comum ver escolas depredadas, castigadas pelo tempo, pichadas, arrebatadas, maltratas, sujas, esquecidas pela comunidade, pelas autoridades e, não poucas vezes, vítimas de roubos e acontecimentos indesejados (Charlot, 2008). A gestora Terezinha ressaltou uma reflexão sobre os significados da violência no contexto escolar, indo

além da visão punitivista e compreendendo o comportamento agressivo como expressão de sofrimento. Sua fala convida à escuta e ao olhar ampliado sobre o aluno em situação de vulnerabilidade:

Muitas vezes, o que a gente chama de violência é o aluno tentando dizer que está sofrendo. Tem aluno que reage com agressividade porque não sabe falar de outro jeito, porque já vem ferido de casa, do bairro. A escola é o único lugar onde ele pode gritar. E, às vezes, o grito dele é bater, é xingar, é quebrar. Não porque ele é ruim, mas porque ninguém ensinou outra forma. A gente precisa parar de só punir e começar a entender de onde vem essa dor toda (Gestora Terezinha).

A entrevista revela relações generalizáveis que acontecem em escolas nas quais os filhos da população de baixa renda tem o seu lugar garantido. É como se elas tivessem somente a escola como auxílio do Estado diante da exclusão. A compreensão da violência nesse caso é institucional, pois o Estado não oferece os direitos garantidos em lei e, como se sabe, em tais circunstâncias temos a maioria da população brasileira vivendo como cidadãos de segunda classe e excluídos em um campo onde a cidadania é garantida para aqueles que possuem mais. No piso escolar, as consequências são imprevisíveis, porém ostensivas, pois a “compreensão socio pedagógica” da gestora mostra o desequilíbrio de vínculos afetivos, familiares e territoriais que afetam diretamente a vida na escola. A violência nesse cenário eclode como “comportamento agressivo”, comportamentos ansiosos, inseguros e sem lugar. A violência, na realidade é uma linguagem - ainda que disfuncional - com ressonância em todo corpo social. Por outro lado, não deixa de mostrar a necessidade de políticas públicas de intervenção abrangente e auxílio à escola, escapando tais políticas da seara puramente punitiva para se adentrar no terreno da escuta, do acolhimento e da reconstrução de vínculos.

Essa perspectiva dialoga, em larga medida com os estudos de Abramovay (2002, 2003, 2023), Charlot (2008) e Sposito (1998), nos quais em territórios marcados pela exclusão, pela violência urbana e pela ruptura de laços sociais, a escola é compreendida como “único” espaço institucional com potencial de reconstrução subjetiva da criança, do adolescente e do jovem. Entretanto, quando ela não responde a contento a sinais de sofrimento, medo, desumanização e exclusão, não raro, acaba por produzir o autoritarismo, reações de controle e omissão, reforçando uma espécie de ciclo vicioso que perpassa o “abandono, a angústia e a ansiedade, e as reações de violência e vingança”.

O “grito” mencionado pela professora Terezinha pode assumir múltiplas formas: agressão física, desafio à autoridade, explosões de raiva ou mesmo indiferença. Compreendê-lo como expressão de dor e não apenas de desvio disciplinar é o primeiro passo para criar estratégias mais humanas e eficazes de prevenção à violência, pautadas na mediação de conflitos, na escuta ativa e na promoção

da justiça restaurativa no ambiente escolar A presente argumentação abre espaço para um problema secular que, provavelmente, tenha surgindo já no momento da “democratização” da educação no Brasil: a ausência de apoio aos professores, gestores, funcionários técnicos administrativos e estudantes nas situações de violência. Um entrevistado a respeito da temática revelou que:

Quando acontece alguma coisa grave, a direção até tenta ajudar, mas falta preparo. A gente não tem formação para lidar com essas situações. A sensação é de que estamos sempre apagando incêndio. Um aluno ameaça o outro, ou vem pra cima do professor, e ninguém sabe exatamente o que fazer. Às vezes a gente só tenta acalmar, separar, pedir pra sair da sala..., mas fica tudo por isso mesmo. No outro dia, tá tudo igual (Prof. Bento)

Sabemos que houve um tempo em que a disciplina era entendida como controle, a docilização dos corpos e a educação bancária era moeda corrente. A arquitetura emocional das escolas se encontrava no professor e sua voz era entendida como controle, consciência moral e um imperativo categórico. No entanto, há tempos, as escolas vivem cenários complexos de violência, desrespeito, relações humilhantes, vexatórias e inaceitáveis (Barros e Freitas). Os entrevistados apontam essa mudança de comportamento comparando a escola em que estudaram com as que existem hoje e apontam para a necessidade de políticas institucionais de formação continuada e suporte emocional aos profissionais da educação. O relato acima se ajusta ao pensamento dos entrevistados e conclusão de muitas pesquisas, dado que inexistente a presença de protocolos claros, estatutos, normas, formação continuada e suporte técnico especializado para que os docentes possam agir de forma assertiva e segura diante de situações de crise. A prática pedagógica, nesse cenário, é improvisada e não ao acaso repleta de medo, cansaço mental e exaustão emocional, o que reforça a compreensão de que os educadores atuam na lógica de “apagar incêndios” diários, sem tempo ou recursos para uma intervenção pedagógica efetiva e de mudança organizacional. As entrevistas também revelaram a coexistência entre a violência direta e a violência institucional, esta entendida como a reprodução de práticas discriminatórias e desiguais por parte da própria escola. Vejamos o relato a seguir:

Já vi professor dizendo que certo aluno ‘não tem jeito’, que é melhor ‘deixar pra lá’. Isso também é violência. É negar ao aluno o direito de ser educado com dignidade. Teve um caso aqui em que o menino era mais inquieto, vinha de um contexto complicado, e em vez de tentar entender ou ajudar, teve colega que falava na sala dos professores: ‘Não adianta insistir, esse aí vai ser bandido mesmo’. Aquilo me marcou muito. A gente não pode ser o instrumento de exclusão, ainda mais sendo educador (Professora Josefina).

A questão colocada é como o discurso docente pode reproduzir marcadores de exclusão naturalizando destinos escolares já precários, especialmente para alunos oriundos de contextos de pobreza, exclusão e preconceitos. Quando um professor verbaliza que um estudante “não tem jeito”, está, na prática, renunciando à sua função pedagógica de formação do sujeito, anulando a possibilidade de transformação e reafirmando as trajetórias de fracasso que muitos dos estudantes na escola já vivenciam na família ou em outras instituições. Contudo, o lugar do docente não é confortável. Muitos disseram se sentirem invalidados, corrompidos, culpabilizados, rechaçados pelo sistema e envergonhados por aquela ação. Na escola sofrem o corpo discente e o docente. A narrativa a seguir é contundente:

De gritos de colegas; de pressão de colegas para sair do lugar que ocupava (institucional); e vez ou outra de uma ou outra ofensa verbal de aluno. Há alguns anos um aluno do 6º ano EF partiu para cima de mim dando uma voadora. Registrei BO a contragosto da gestão. Entendi que embora fosse criança (era mais velho que os outros alunos) não poderia deixar passar pois a presença dos pais e responsáveis só se daria com a instância da polícia pois só a escola, já havia demonstrado, que “não daria nada” para ele. Foi uma forma de demonstrar que não seria permitido esse comportamento! E funcionou. (Prof. Neuza)

A experiência relatada revela a complexidade e os desafios enfrentados cotidianamente pelos profissionais da educação no exercício de sua função. O relato da professora, a qual menciona episódios de gritos, pressões institucionais e até agressões físicas por parte de alunos, evidencia o cenário de vulnerabilidade que atinge a profissão docente que, por definição é de interação (Tardif, 2002). A decisão da docente em registrar um boletim de ocorrência, mesmo contrariando a orientação da gestão, reflete uma tentativa legítima de reafirmar limites e proteger a integridade física e psicológica dela e dos seus pares. Embora a situação envolvesse uma criança - ainda que com idade acima da média para o ano escolar - a medida adotada pela docente é um chamado à responsabilização com apoio institucional externo, dado o descrédito da mediação exclusivamente escolar. Nesse sentido, os principais tipos de sociabilidades violentas observados no ambiente escolar, a partir dos relatos dos docentes e gestores, incluem:

- **Violência física:** agressões corporais entre alunos e ameaças físicas a professores.
- **Violência verbal:** xingamentos, gritos, insultos e humilhações, palavrões, fofocas, mentiras.
- **Violência simbólica:** exclusão, estigmatização, apelidos pejorativos e preconceito.

- **Violência patrimonial:** vandalismo, pichações, destruição de materiais e furtos.
- **Violência institucional:** omissão, rotulação, assédio, ameaças, ausência de acolhimento e práticas autoritárias.

As múltiplas manifestações de violência descritas pelos entrevistados demonstram a complexidade do fenômeno e a urgência de ações integradas que promovam uma cultura de paz nas escolas. A superação da violência escolar exige o envolvimento de toda a comunidade e a construção de um ambiente que valorize a escuta, o respeito e a cooperação (Debarbieux, 2006). A análise das entrevistas permite compreender que os diferentes tipos de violência observados não são eventos isolados, mas que fazem parte de um cenário sistêmico que precisa ser enfrentado por meio de políticas públicas estruturadas, ações pedagógicas democráticas e suporte institucional contínuo.

Conclusão

A violência é compreendida pelos docentes e gestores não apenas em sua dimensão física, mas também simbólica, psicológica e institucional, expressando-se nas relações interpessoais, nas estruturas escolares e nos vínculos com o território. As percepções dos sujeitos revelaram como a violência se manifesta no cotidiano escolar, os impactos gerados sobre o trabalho docente e o processo de ensino-aprendizagem, bem como os sentimentos de medo, frustração, resistência e impotência vivenciados pelos profissionais. A maioria dos entrevistados alegam não se sentirem seguros dentro da escola, seja do ponto de vista físico ou emocional. Essa sensação está relacionada, principalmente, à ausência de controle no acesso ao prédio escolar, ao ambiente de constante tensão e violências e ao receio de retaliações por parte de alunos ou pessoas externas. A análise das entrevistas revelou que os relacionamentos interpessoais no ambiente escolar são percebidos como um conjunto de tensões, fragilidades emocionais e dificuldades de convivência, tanto entre os próprios estudantes quanto entre professores e alunos. Essa percepção se mostra especialmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, como é o caso da escola pesquisada, situada em um território marcado por desigualdades sociais históricas e carência de políticas públicas integradas.

É importante destacar que os educadores que afirmaram se sentir seguros dentro da instituição são, em sua totalidade, moradores da própria comunidade em que a escola está inserida. Esse dado sugere que o vínculo territorial pode, em certa medida, influenciar a percepção de segurança, possivelmente pela familiaridade com os atores locais, pelas redes informais de proteção ou pelo sentimento de pertencimento ao território. Mesmo nesse caso, a maioria dos entrevistados revelou um cotidiano escolar marcado pela insegurança, o que aponta para a urgência de políticas públicas

voltadas à proteção da comunidade escolar e ao fortalecimento da rede de apoio nos territórios de alta vulnerabilidade social.

Finalmente, a ausência de políticas pedagógicas que incentivem o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes - como a resolução pacífica de conflitos, a empatia, e, a comunicação não violenta - compromete o sentido de pertencimento ao espaço escolar. Nesse sentido, Blaya (2008) argumenta que a qualidade das relações interpessoais na escola está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento dos alunos. Quando esse pertencimento não é construído de forma saudável, os estudantes tendem a expressar suas frustrações por meio de comportamentos desafiadores e, por vezes, violentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, Universidade Católica de Brasília, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Juventudes, espaço escolar e violências**. Brasília: Flacso Brasil, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, Lúcio Alves de e FREITAS, D. Luiz Chagas. Educação, escola e paradoxos no campo da violência. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2011. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/47/educaccedilatildeo-escola-e-paradoxos-no-campo-da-violecircncia>. Acesso em 03 de agosto de 2025.

BLAYA, C.. **Violência e maus-tratos em meio escolar**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.826, 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm. Acesso em 25 de setembro de 2025.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Porto Alegre, **Revista Sociologias**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2008.

CNN Brasil. **Adolescente de 13 anos esfaqueia colegas em escola de Belo Horizonte**. 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/adolescente-de-13-anos-esfaqueia-colegas-em-escola-de-belo-horizonte/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CNN Brasil. **Estudante de 14 anos é morta por colega de classe dentro de escola em MG**. 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/mg/estudante-de-14-anos-e-morta-por-colega-de-classe-dentro-de-escola-em-mg/>. Acesso em jul. de 10/07/2025.

DEBARBIEUX, Éric. **Violência na escola: um desafio mundial?** Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

MINAS GERAIS. Lei nº 14.486/2002, do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 09/12/2002. Disciplina o uso de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. Data da última atualização: 25/6/2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/14486/2002/?cons=1>. Acesso em 22 de setembro de 2025.

MJSP – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS. **Relatório de Monitoramento da Violência nas Escolas**. Brasília: MJSP, 2023.

OBSERVATÓRIO EDHEMFOC. **RaioX de 20 anos de ataques a escolas no Brasil (2002–2023)**. São Paulo: MJSP, Observatório EDHEMFOC; Instituto Sou da Paz, 2023.

O TEMPO. Aluno é apreendido após levar arma de airsoft e facas para escola em BH. Belo Horizonte, 12 de abril de 2003. Disponível em <https://www.otempo.com.br/cidades/aluno-e-apreendido-apos-levar-arma-de-airsoft-e-facas-para-escola-em-bh-1.2849160>. Acesso em 12 de abril de 2023.

SPOSITO, Marília. P. A instituição escolar e a violência. **Cadernos De Pesquisa**. São Paulo, **Fundação Carlos Chagas**. Número 104, ano 1998. pp. 58–75.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.